
NA USP, DOCENTES PPI SÃO 2,31% DA CATEGORIA!

A dura realidade é expressa por um número frio: na Universidade de São Paulo, que se pretende diversa, plural e “excelente” sob qualquer prisma, docentes preto(a)s, pardo(a)s e indígenas (PPI) representam meros 2,31% da categoria. Esse índice foi encontrado em levantamento realizado pela Adusp, com base na edição de 2022 do *Anuário Estatístico* da USP, que publica dados referentes a 2021. Em números absolutos, os PPI são 120 num total de 5.190 (é irrisória a chance de ter havido crescimento substantivo desse percentual ao longo de 2022).

Coube a cada docente informar à USP a que raça julga pertencer. Docentes de cor branca são 91,33% (4.740), de cor amarela são 3,83% (197), e apenas 2,53% (133) deixaram de declarar o dado. Para alcançar-se a proporção de PPI existente na população paulista, seria necessário que o corpo docente da universidade apresentasse um percentual de 37% de pessoas PPI.

O seminário “Ações afirmativas na docência da USP: um caminho possível”, promovido em agosto pela Adusp, identificou e debateu em profundidade os obstáculos, dificuldades e até impasses encontrados nos trajetos percorridos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que estão entre as primeiras do país que se dispuseram a implantar cotas para docentes PPI. Decidimos publicar nesta edição a transcrição, devidamente editada, da maior parte das produtivas falas do seminário, em especial as dos expositores: professora Luciana de Oliveira Dias (UFG) e professor Marcelo Pinto da Silva (UNEB). Subsídio para lutas presentes e futuras.

Também nesta edição, a temática das cotas para docentes é objeto de artigo do professor Ernane Xavier Costa (FZEA). Desafios para políticas públicas da universidade que possam reparar “injustiças contra pessoas discriminadas em razão de raça, cor, etnia, identidade de gênero, pobreza ou deficiência” são o tópico desenvolvido pela professora Gislene Aparecida dos Santos (EACH) e pela pós-graduanda Thais Becker Henriques Silveira. (Cabe lembrar que, apesar das cotas étnico-sociais implantadas em 2018, apenas 21% dos e das estudantes de graduação declaram-se PPI.)

Ainda nesse bloco, a pós-graduanda negra Merllin de Souza relata suas lutas e vivências: “O maior desafio que vejo na USP é eu conseguir me enxergar nos meus pares, sejam docentes, sejam pós-graduanda(o)s”. E uma reportagem de Luiza Sansão retrata situações de discriminação e de constrangimento vividas no Brasil pelos imigrantes africanos.

Revisitando o Curso Experimental de Medicina

Artigo surpreendente do professor Marcello Marcondes Machado (FM) revela a história do hoje esquecido Curso Experimental de Medicina, que deu origem ao Hospital Universitário (HU) e ao Centro de Saúde Escola “Samuel Barnsley Pessoa” (CSEB). Alvo de perseguições originadas na cúpula da Faculdade de Medicina, por ser supostamente “esquerdista”, o Curso Experimental teve dois de seus coordenadores, Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva, cassados pela Ditadura Militar; e durou apenas doze anos — de 1968 a 1980.

A FAU DE Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha

A jornalista Beatriz Vicentini examina o dossiê sobre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo elaborado pela Comissão da Verdade da USP. Grandes arquitetos como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e diversos outros que integravam a vanguarda do pensamento arquitetônico da época foram cassados e hostilizados pela Ditadura Militar (alguns chegaram a ser presos). Os danos provocados à USP e ao Brasil são incalculáveis.

Governo da destruição nacional

Elaborado por Rudson Pinheiro Soares, um balanço conciso dos desserviços prestados por Jair Bolsonaro com a ajuda do “Centrão” está disponível a partir da p. 65.

Lisete Arelaro, nossa homenagem

Ela se foi em março, mas continuará a brilhar. Confira na p. 75 e seguintes.